

A circulação clandestina de romances e o mistério do “anônimo brasileiro”

Charlotte Galves

Márcia Abreu

Para Marisa,
“leitora fiel de romances, finos ou grossos, com ou sem *happy end*”
Marisa Lajolo. *Como e por que ler o romance brasileiro*

“Se fosse menos imundo, seria um livro inimitável no gênero”,¹ pensou a Sra. C..., ao ler *Histoire de Dom B... portier des Chartreux*. Personagem de *Therese philosophe*, a Sra. C... tomava parte em um enredo talvez “menos imundo”, mas também bastante licencioso. Ambos os livros são considerados “clássicos” libertinos e conheceram impressionante difusão ao longo dos séculos XVIII e XIX.

A *Histoire de Dom B... portier des Chartreux*, de que nos ocuparemos aqui, foi supostamente escrita por Jean-Charles Gervaise de Latouche e teve sua primeira edição publicada na França, no final de 1740 ou no princípio de 1741. O livro, um frontal ataque ao comportamento dos eclesiásticos, vazado por meio de um conjunto de cenas, instruções, posturas e descrições de natureza sexual, mobilizou, de um lado, livreiros, editores e leitores capazes das mais extravagantes peripécias para ter acesso a ele e, de outro, censores, inquisidores e agentes policiais empenhados em impedir a circulação da obra.

Muita gente foi perseguida e presa em Paris assim que o livro começou a circular. Pascal Pia reconstituiu, a partir dos registros que restaram na Bastilha, os primeiros esforços da polícia para tentar identificar e deter o autor, os ilustradores, editores, vendedores e até leitores desse tão incômodo livro.² O desassossego produzido pela obra atingia altas figuras como o cardeal Fleury, primeiro ministro, e o conde de Maurepas, ministro da casa real, os quais, desde as primeiras semanas de circulação da história se mantiveram informados dos esforços realizados por M. Feydeau de Marville, tenente geral da polícia, por seu secretário, M. Duval, e pelo policial Dubut para pôr fim ao livro e punir os responsáveis por sua existência.

A partir da prisão do abade Charles Nourry, em cuja casa foram encontrados diversos exemplares do livro, e dos interrogatórios a que foi submetido, foram presas e inquiridas várias pessoas, sem que jamais se chegasse ao nome do verdadeiro autor da obra, ou que se conseguisse deter a circulação do impresso. Localizar e confiscar os livros não seria tarefa fácil, pois, segundo informações do abade Nourry, haviam sido impressos 1400 ou 1500 exemplares.³ Para piorar, a notícia das perseguições atraía cada vez mais interessados em possuir livro, o que multiplicava o número de edições, dificultando cada vez mais o trabalho da polícia.⁴ Figuras próximas ao Rei Luís XV, como Jean Lacasse, “copeiro do refeitório comum na corte do Rei”, chegaram à prisão por causa do livro. O copeiro foi encarcerado em 1749, depois de ter “depositado na capela do rei em

Versailles, uma edição completa do *Portier des chartreux*”.⁵ Há quem diga que até mesmo uma das filhas de Luís XV foi pega com o livro nas mãos.⁶

A *Histoire de Dom B...* não tardou a chegar em Portugal, colocando, lá também, a polícia e os organismos de censura no enalço da obra, que foi “suprimida” na classe dos livros obscenos pela Real Mesa da Comissão Geral para Exame e Censura dos Livros, ativa entre 1787 e 1794.⁷ Suas buscas não foram muito produtivas, mas ao menos um dos leitores parece ter se arrependido de seu contato com obras licenciosas e procurado a Inquisição para denunciar a si mesmo. Em 18 de Abril de 1810, Luiz de Barros Teixeira Lobo procurou o Inquisidor de Lisboa, “p.º. determinação de [s]eu Confessor”, e declarou ter lido ou tido contato com uma extensa lista de obras proibidas, entre as quais estava o *Porteiro dos Cartuchos*. Declarou que, quando vivia em Coimbra, entre 1788 e 1795, “tão bem l[eu], e possui[u] o infame livro intitulado Goblerdon, ou o Porteiro dos Cartuchos q’dei ao D.º. Ant.º. Pinhr.º. de Az.º. q’hoje he Lente na faculd.º. de Canones.”⁸ Jamais saberemos como o livro foi ter às suas mãos, mas vê-se que a circulação da obra não parou por ali, já que além de confessar ter possuído e lido o livro, Luiz de Barros Teixeira Lobo confessou também tê-lo dado a Antonio Pinheiro de Azevedo, que, eventualmente, pode tê-lo passado adiante.

O livro, que tantos buscavam, acreditando valer a pena enfrentar a polícia, a Igreja e o poder real, narra, seguindo o modelo da memória auto-biográfica, a história de Saturnin, criado como filho do jardineiro Ambroise e de sua esposa Toinette. Ao chegar à puberdade o rapaz surpreendeu sua mãe e o padre Polycarpe fazendo “aquilo que nossos primeiros pais faziam quando Deus ordenou-lhes que povoassem a terra”.⁹ Descobrimo pela observação os prazeres do sexo, Saturnin decidiu não fazer segredo de seus recém-adquiridos conhecimentos e tomou a decisão de passar, imediatamente, à prática. Procurou, portanto, sua irmã Suzon, para quem contou as novidades e a quem propôs que fizessem o mesmo. Para seu espanto, a irmã, muito mais instruída do que ele, tinha pouco a aprender e muito a ensinar. Ela era virgem, mas havia vivido em um convento e, por isso, tinha muita informação – e alguma experiência, com Soeur Monique, uma amiga de clausura.

Em uma narrativa encaixada no interior do relato de Saturnin, Suzon conta ao irmão o que aprendera e vivera com Monique, a qual acreditava que a “sabedoria” adquirida à custa dos “prazeres” era inútil, pois não passava de “uma quimera”, formada para “exprimir o captivo a que querem reduzir nosso sexo”, enganando as mulheres como se distraem as crianças choronas com brinquedos. O desejo era coisa tão natural que brotava mesmo quando as mulheres eram privadas do contato com homens e afastadas de todo conhecimento sobre os prazeres do corpo. A jovem noviça vivia no convento há anos, convivendo quase exclusivamente com mulheres, mas sentia “movimentos” em seu “coração” quando via até mesmo o mais feio dos padres.¹⁰

Monique intercalava considerações filosóficas sobre a natureza, o desejo e a repressão, com relatos de suas experiências no convento, com Verland, com Martin, e com a própria Suzon, com quem gastava “todas as noites no mesmo passatempo”¹¹. As atitudes e idéias de Monique informavam Suzon sobre questões bastante práticas, como o modo de evitar a gravidez, as maneiras e posições capazes de conduzir ao prazer, a

existência de consolos com os quais as freiras suavizavam “os rigores do celibato”, mas também sobre pensamentos filosóficos acerca do sentido da existência. Ao narrar a Saturnin o que aprendera, instruía, por conseqüência, aos leitores.

Toda a informação obtida pelo rapaz ao ouvir a narrativa só fez aumentar seu desejo de chegar à prática, idéia que não pareceu desagradável à irmã. Entretanto, antes que conseguissem seu intento, foram surpreendidos por sua mãe e por Polycarpe, razão pela qual ele foi enviado para um convento. Enquanto sua viagem era preparada, ficou hospedado na casa da madrinha de Suzon, onde completou sua formação – teórica e prática – sobre a sexualidade humana. Com a experiente senhora aprendeu e exercitou as mais variadas posições e as mais diversas possibilidades de prazer oferecidas aos amantes.

Transferido para o convento, seus conhecimentos e experiências cresceram, pois, ao longo dos anos, ele experimentou novas possibilidades como o homossexualismo, o voyeurismo, o sexo grupal, chegando, até mesmo, a participar de orgias com sua verdadeira mãe, que vivia, juntamente com outras mulheres, em uma ala secreta, denominada “Piscina”, destinada ao deleite dos padres.¹² Saturnin viveu dias intensos, até que foi procurado por Monique, que fugira do convento quando seus dois amantes (Verland e Martin) entraram em luta por ela. Ele a escondeu em sua cela, mas sua presença foi descoberta pelos padres que imaginaram ser ela uma amante do rapaz. Segundo o código de conduta do convento todos deveriam compartilhar as mulheres, por isso os padres planejaram castigá-lo exemplarmente. Avisado do perigo que corria, Saturnin decidiu fugir.

Na fuga, foi ter a um decadente prostíbulo onde encontrou Suzon, que havia sido seduzida e abandonada por um padre, indo, portanto, parar em uma casa de prostituição. Saturnin emocionou-se, pois o único sentimento amoroso e duradouro experimentado por ele, era aquele mantido em relação a ela. Era também o único afeto com o qual não se combinara uma atividade sexual. Comovido com o reencontro, ele declarou seu amor e seu desejo, o qual não arrefeceu sequer quando ele soube que ela havia contraído uma doença venérea e que morreria em breve. O sexo feito com amor é o único a não ser descrito no livro, remetendo à imaginação do leitor: “recordai vossos prazeres, levai vossa imaginação ainda mais longe, se é possível, e ela ainda ficará muito aquém das minhas delícias.”¹³

As “delícias” foram interrompidas pela polícia, que levou a moça presa e o rapaz, ferido, para o hospital. Logo se percebeu que ele havia sido contaminado e que teria de ser castrado para que a doença não se alastrasse. Ao recobrar os sentidos depois da operação, soube que Suzon havia morrido. Desesperado, saiu vagando rumo a Paris até encontrar o convento dos cartuxos, os quais, compadecidos, acolheram-no e deram-lhe o emprego de “porteiro dos cartuxos”.

No século XVIII, o interesse por essa narrativa não deve ter sido despertado apenas pela abundante e minuciosa descrição de encontros sexuais. A religião era o tema de maior interesse, atraindo muito mais a atenção do que a política ou a economia. Segundo Anne Sauvy, “na massa de produção impressa, as obras de Voltaire, prolixo como ele era, de Diderot ou de Rousseau, tinham um lugar muito reduzido, mesmo se

considerarmos apenas a literatura proibida”.¹⁴ Para ela, o grande assunto, até as vésperas da Revolução Francesa, era a religião. Robert Darnton, em seu estudo sobre os livros licenciosos em circulação na França nesse período, percebeu que algumas categorias com as quais operamos hoje são inadequadas para a compreensão do século XVIII:

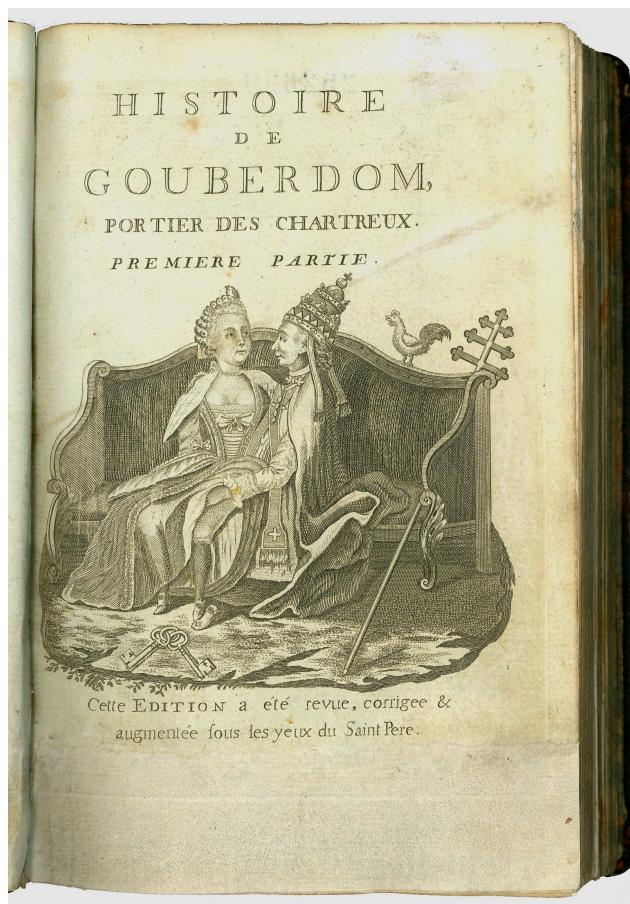
“Para nós *Du contrat social* é teoria política e *Histoire de dom B...* é pornografia, algo tão grosseiro que talvez nem devamos considerar literatura. No entanto, os editores e livreiros do século XVIII agrupavam essas duas obras na categoria de “livros filosóficos”. Se tentarmos ver esse material como eles viam, a distinção óbvia entre pornografia e filosofia começa a se esvaecer.”¹⁵

Não é difícil compreender, portanto, o sucesso de uma narrativa que articulava o livre pensar sobre o corpo e as relações humanas com uma reflexão sobre o papel da Igreja e da religião e que trazia, ainda, descrições pormenorizadas de encontros sexuais e apresentações minuciosas da vida secreta dos conventos.

O extraordinário interesse despertado por essa narrativa fez com que *Histoire de Dom B... portier des Chartreux* tivesse, no século XVIII, ao menos 14 edições diferentes, sem contar as impressas sob os títulos de *Histoire de Gouberdom, portier des Chartreux* (primeira edição em 1772, seguida de mais 5 no século XVIII, em que *Dom Bougre* é apresentado de forma anagramática como Gouberdom), *Mémoires de Saturnin* (primeira edição em 1787, à qual se sucedeu uma outra nos Setecentos e duas na primeira década dos Oitocentos), *Le Portier des chartreux* (primeira edição em 1784, seguida de mais 2 no século XVIII, e que se firmou como título da maioria das edições dadas à luz no século XIX).¹⁶

Obviamente, nenhuma delas trazia o nome do autor nem sequer os nomes dos editores, que teriam fortes dissabores no cárcere caso fossem localizados. O perigo, entretanto, não tirava seu bom humor, fazendo com que escondessem sua identidade sob os mais provocadores disfarces. Já desde a primeira edição da *Histoire de Dom B...* o frontispício trazia falsa indicação bibliográfica: *À Rome, chez Philotanus*. A associação entre a cidade onde se localiza a sede da Igreja católica e o demônio Philotanus, que induz os homens à sodomia e à pederastia, é bem adequada à matéria. Da mesma forma, o título, com suas provocadoras reticências, desafia a interpretação do leitor, que, possivelmente não teria muita dificuldade em associar B... com Bougre, que designava sodomia e, ao mesmo tempo, uma forma de heresia cátara, sendo, portanto, bem apropriado ao que se passa no livro.

Cada nova edição desafiava a criatividade dos impressores na invenção de locais e editores. Uma delas declara: “Essa edição foi revista, corrigida & aumentada sob a supervisão do Santo Papa.”

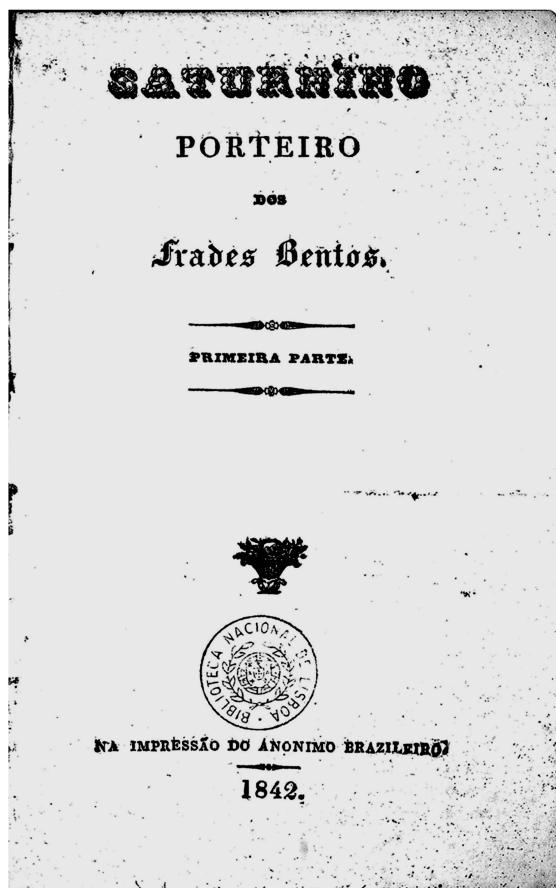


Nesse caso, a provocação é completada pela figura inserida na página de rosto, na qual um homem com todos os ornamentos papais (tiara papal, pálio, crucifixo peitoral, capa pluvial e cruz papal¹⁷) tem a mão entre as pernas de uma mulher. Essas vestimentas eram usadas no momento das mais elevadas celebrações litúrgicas, o que torna a cena ainda mais irreverente. Para que não restassem dúvidas de que se tratava efetivamente do Papa, outros símbolos a ele associados são inseridos no quadro. No chão, aos pés do casal, está um par de chaves, enquanto no encosto do sofá há um galo. Ambos, chaves e galo, são símbolos associados a São Pedro, fundador da Igreja.¹⁸ Embora o chefe da Igreja não tome parte no enredo, sua presença no frontispício do livro enfatiza o caráter anticlerical da obra, ao mesmo tempo em que a atrevida indicação do local de edição, associada ao Vaticano, zomba do papel desempenhado pela Igreja no sistema de controle dos impressos em vigor no século XVIII.¹⁹

Essa prática era particularmente desafiadora em países como Portugal, onde a censura aos impressos era bastante ativa e congregava o poder régio e o religioso.²⁰ Numa época em que era necessário obter diversas autorizações de diferentes autoridades para que se pudesse dar um impresso à luz, deveria parecer particularmente divertida a indi-

cação bibliográfica do *Certamen certaminis em obsequio de não sey quem imprecou não sey onde*, apresentado como tendo sido impresso na “Officina Ningemnziana No Anno de tantos com as Licenças todas”. Segundo Maria Teresa Esteves Payan Martins, essas indicações faziam parte do manuscrito preparado pelo autor, que estendia a ficção até a página de rosto do livro.²¹

Em 1842, foi publicada a primeira tradução para o português da *Histoire de Dom B...*, intitulada *Saturnino, porteiro dos frades bentos*, e apresentada como tendo sido composta “na Impressão do Anônimo Brasileiro”.



O Brasil toma parte na obra não apenas na indicação bibliográfica – com frequência falsa, como já se viu – mas também no enredo, uma vez que Saturnino apresenta-se como sendo “fructo da incontinência dos Reverendos Padres Bentos da Cidade do Rio de Janeiro!...”²² Na edição francesa, o narrador afirma ser “le fruit de l’incontinence des Reverends Peres Célestins de la Ville de R—”²³. A coincidência na letra com que principia o nome da cidade e o fato de o romance estar sendo vertido ao português pode ter estimulado o tradutor a definir o nome da localidade. Embora se façam alguns acréscimos, como esse, se suprimam umas poucas passagens e se alterem os nomes de alguns personagens²⁴, a edição em português segue bastante de perto a francesa. No final do livro, entretanto, há importantes modificações.

Quando Saturnino é expulso do convento, ele volta à casa de seus pais de criação, e dali decide partir para Paris.²⁵ Na tradução, ele resolve “partir no dia seguinte para longe” e, depois de muito caminhar, decide entrar “na cidade mais próxima”²⁶. É nessa localidade indefinida que ele localiza Suzana, no prostíbulo. Ambos se espantam por se reencontrarem “tão longe da nossa patria” [“si loin de nôtre patrie”]²⁷ e contam um ao outro os lances sucedidos desde sua separação, reafirmando seu recíproco amor desde então. Pela narrativa da moça, Saturnino fica sabendo que ela havia sido enganada e havia mantido relações, sob coação, com o Cônego que freqüentava a casa de sua madrinha. Ela engravidara e por isso tivera de se afastar. Nesse momento, o leitor da tradução fica sabendo que a indefinida localidade onde toda a depravação tomara lugar era próxima ao Rio de Janeiro, pois é para lá que o Cônego leva a infeliz Susana. A gravidez adiantada impediu que ela chegasse à cidade: “[o]s movimentos da sege illudirão meus calculos, e uma légua distante do Rio de Janeiro dei á luz o penhor odioso dos amores de um miseravel”. O tradutor verteu o texto praticamente palavra a palavra – “[l]es secousses du carosse avoient trompé mon calcul, & je mis au monde, à une lieue de Paris, le gage odieux de l’amour d’un miserable” –, mas achou por bem alterar a cidade onde transcorriam os eventos.

Devido às referências ao Rio de Janeiro presentes no início e no desfecho da narrativa, o leitor seria levado a crer que as aventuras de Saturnino teriam como cenário a cidade do Rio de Janeiro e seus arredores e, como protagonistas, seus religiosos. No trecho final do livro, multiplicam-se as referências à cidade: Saturnino é preso no “hospital do muro [provavelmente Morro] do Castello” (no original “à Bissetre”²⁸) e ao ser libertado, toma “o caminho da cidade do Rio de Janeiro” (“le chemin de Paris”²⁹) chegando, finalmente, aos “muros dos Monges Bentos” (“les murs des Chartreux”³⁰). O tradutor preocupou-se em manter a consistência histórica, referindo o efetivamente existente Hospital Militar instalado no Morro do Castelo e substituindo os Cartuxos, que não tinham presença na cidade, pelos Frades Bentos, atuantes no Brasil desde o século XVI.³¹

Todas essas referências, entretanto, não garantem que se trate de uma edição feita no Brasil, tendo em vista a prática de se criar falsas tipografias e editoras assim como falsos locais de edição na tentativa de burlar a censura e as perseguições policiais. As edições oitocentistas das *Poesias Eróticas, burlescas e satíricas* de Bocage, por exemplo, embora impressas na sua maioria em Lisboa, traziam, no frontispício, localidades estrangeiras, entre as quais Bahia e Rio de Janeiro. Segundo Daniel Pires, as duas edições indicadas como tendo sido feitas na Bahia, em 1860 e 1861 foram, na realidade, impressas em Braga e a edição atribuída ao Rio de Janeiro, em 1861, pode, eventualmente, ter sido uma contrafação feita na cidade, ou um falso endereço como tantos outros.³²

Vê-se, assim, que cidades brasileiras faziam parte dos possíveis falsos endereços empregados nas obras licenciosas. Alessandra El Far, analisando os livros pornográficos em circulação no Brasil na segunda metade do século XIX, afirma que “[a] maioria dos ‘romances para homens’ vinha de Portugal.”³³ Eram traduzidos dos sucessos franceses ou produzidos por autores portugueses, interessados nesse lucrativo mercado, do qual aos poucos começaram a participar escritores brasileiros. Segundo El Far,

“Difícil, sim, era saber se os volumes aqui comercializados teriam sido importados de Portugal ou feitos sob encomenda nas tipografias brasileiras, visto que as edições portuguesas de baixo custo ainda pareciam ser bastante vantajosas para os bolsos dos nossos comerciantes de livros. [...] Esses pequenos mistérios nos ajudam, ao menos, a evidenciar o tratamento clandestino dado a obras desse teor.”³⁴

A atribuição de *Saturnino, porteiro dos cartuxos* às prensas do Rio de Janeiro seria uma zombaria portuguesa à cidade (ou ao país), associando-a (ou a sua capital) à mais explícita devassidão? Ou teria havido mesmo um atrevido “anônimo brasileiro” responsável pela impressão? Como se vê no frontispício da edição, na figura anteriormente apresentada, o único exemplar do livro de que se tem conhecimento, é conservado pela Biblioteca Nacional de Lisboa (ver carimbo). Teria se invertido a rota comercial dos livros que atravessavam o Atlântico saindo da Europa em direção ao Brasil? Ou seria o texto traduzido por um português que associaria o lugar comum da depravação tropical às aventuras do mais famoso libertino?

Esse “pequeno mistério” pode ser elucidado com a ajuda da lingüística histórica.

Se *Saturnino* tivesse sido traduzido hoje para o português, não seria muito difícil descobrir a origem do seu tradutor. Com efeito, o português europeu e o português do Brasil afastaram-se suficientemente um do outro, em certos aspectos da sua sintaxe, inclusive escrita, para que um olho avisado logo perceba o lugar de produção dos textos. Isso explica, se não justifica, a revisão exercida nas obras brasileiras pelos editores portugueses. Um caso emblemático é o de Paulo Coelho, cuja sintaxe é sistematicamente adaptada nas edições portuguesas dos seus romances.

Das diferenças que mais chamam a atenção entre as duas grandes vertentes do português, uma das mais salientes é a sintaxe dos pronomes e, mais particularmente, dos pronomes clíticos. Uma boa ilustração dessa diferença pode ser encontrada na comparação entre as edições portuguesa e brasileira do romance *O Alquimista*,³⁵ onde as frases com pronomes são objeto de correção permanente pelos revisores portugueses. Essa correção atinge vários aspectos da sintaxe pronominal,³⁶ dos quais o mais notável é a colocação dos pronomes clíticos em orações finitas. Como podemos verificar nos exemplos que seguem, a “inclinação natural” do português brasileiro, para retomar a expressão de Paul Teyssier,³⁷ é a próclise (ou posição pré-verbal) enquanto a regra do português europeu é a ênclise (ou posição pós-verbal). Nos exemplos abaixo, a frase a. corresponde ao original brasileiro e a frase b. à adaptação portuguesa. Podemos considerar duas grandes classes: as frases em que o verbo ocupa a primeira posição na oração (exemplo 1), e os enunciados em que algum sintagma precede o verbo, seja o sujeito (exemplo 2), uma locução adverbial (exemplo 3) uma conjunção de coordenação (exemplo 4).

1. a. - **Me devolva** o livro – disse.
b. - **Devolva-me** o livro – disse.
2. a. O horizonte **se tingiu** de vermelho, e depois apareceu o sol.
b. O horizonte **tingiu-se** de vermelho, e depois apareceu o Sol.
3. a. E de repente, **me pegava** pelas mãos...
b. E de repente, **pegava-me** nas mãos...

4. a. ...e **o fez** o mais rico entre os povos.
- b. ...e **fê-lo** o mais rico entre os povos.

Como se pode ver, a revisão altera sistematicamente a posição dos pronomes da próclise para a ênclise. O primeiro exemplo ilustra a grande inovação brasileira, uma vez que o português europeu, em toda sua história, não tolera o pronome clítico em primeira posição absoluta. Os exemplos seguintes decorrem de uma mudança ocorrida em Portugal: onde a próclise era possível e até dominante até a segunda metade do século XVIII, impera agora a ênclise, de maneira absoluta. As frases a. são assim hoje em dia impossíveis em português continental, mesmo quando o clítico não ocorre em primeira posição absoluta.

Será que poderíamos usar essa assinatura moderna do português europeu e do português brasileiro para distinguirmos, no século XIX, um texto brasileiro de um texto português?

Nessa época a situação era mais complexa. Por um lado, os brasileiros, quando escreviam, tentavam aproximar-se ao máximo da norma portuguesa. Por outro lado, os escritores portugueses escreviam uma língua na qual a mudança a que nos referimos acima não se tinha ainda completado inteiramente: a ênclise ainda não se tinha afirmado como a única opção possível no tipo de sentenças ilustradas acima nos exemplos 2-4. Havia, portanto, variação na colocação.

Essa variação, porém, não era nova. Ela existiu bem antes do século XIX nos textos portugueses. Como mostram os exemplos que seguem, extraídos do *Corpus anotado do português histórico Tycho Brahe (CTB)*, a ênclise e próclise alternam nos autores clássicos, nas orações em que o verbo é precedido por um sujeito, um advérbio, ou uma locução preposicional, contrariamente à língua de hoje que exige ênclise nesses contextos:³⁸

Sujeito-Verbo

- (a) Eu **corro-me** de dizer o que padeço (Melo, nascido em 1608)
- (b) Esta fortuna **pesa-me** já muito. (Melo, nascido em 1608)
- (c) Ele **me disse** que pasmava como lhe abastava o que tinha (Sousa, nascido em 1554)
- (d) Ruy Lopes de Villa-Lobos **o recebeo** com muita honra (Couto, nascido em 1542)

Advérbio-verbo

- (e) Depois **sucedeo-lhe** o Mirão, seu sobrinho, ... (Couto, nascido em 1542)
- (f) Agora **quero-lhe** dizer algumas cousas das que Vossa Mercê desejará saber a meu parecer (A. Costa, nascido em 1714)
- (g) Hoje **me parto**. (A. Chagas, nascido em 1631)
- (h) Sábado passado **vos mandei** um papel de engaços (Melo, nascido em 1608)

Sintagma preposicional-verbo

- (i) Em troca disto, **ofereço-lhe** da parte de Inglaterra defesa de tôdas as suas colónias e ... (Alorna, nascida em 1750)
- (j) A respeito de Prado **diz-me** Queiroz: “Não sei se Você já o viu depois de casado”. (Ortigão, nascido em 1836)

(k) Com este aviso **lhe foi juntamente infundida notícia dos excessos que entre estas duas súbditas suas passavam.** (Bernardes, nascido em 1644)

(l) Para os críticos **me deu Nosso Senhor excelente coração, porque sempre vou a ganhar com eles ...**(Melo, nascido em 1608)

A mudança vai consistir inicialmente em inverter a proporção de cada ordem. Da próclise amplamente majoritária nos autores nascidos nos séculos XVI e XVII, passa-se para a ênclise dominante no século XIX. Essa evolução pode se observar no gráfico seguinte, que mostra a proporção de ênclise no tipo de orações ilustradas acima,³⁹ em textos de autores nascidos de 1542 a 1836.

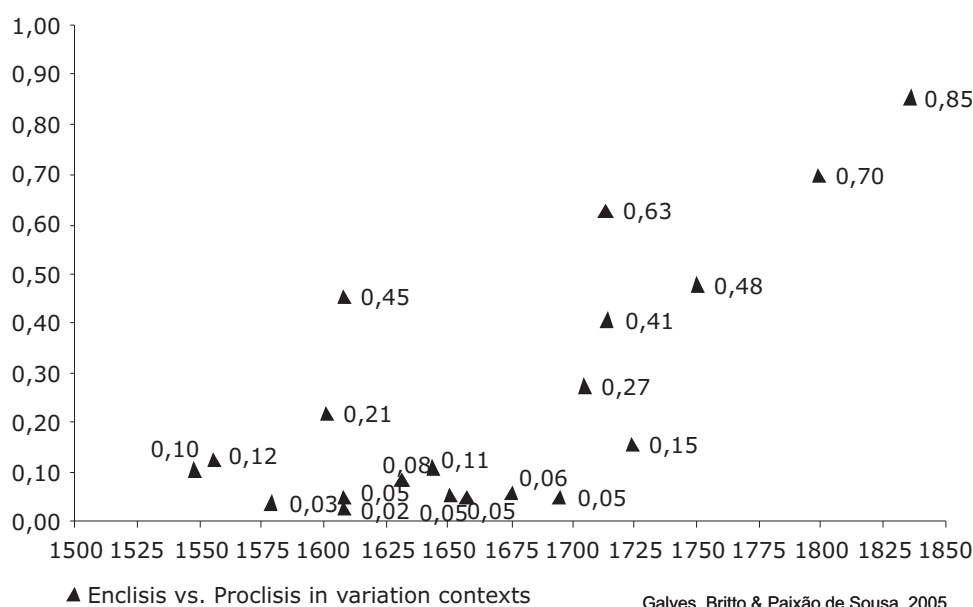


Gráfico 1: A evolução da ênclise em português europeu, por data de nascimento dos autores

Nesse gráfico, o eixo horizontal indica as datas de nascimento dos autores e o eixo vertical, a percentagem de ênclise nos contextos exemplificados acima. Vemos que nos autores nascidos até 1700, com a exceção de um dos textos,⁴⁰ essa colocação não passa de 20 % dos casos, ou seja, a próclise é escolhida em pelo menos 80 % das ocorrências. A partir do primeiro quarto do século XVIII, a ênclise se torna gradativamente mais freqüente. E na primeira metade do século XIX, apesar de ainda haver variação entre ênclise e próclise nos textos, já se observa uma nítida predominância da ênclise, escolhida em 85% dos casos no texto mais recente (*Cartas a Emilia*, de Ramalho Ortigão, nascido em 1836) e em 70% dos casos no anterior (*Viagens na minha terra*, de Almeida Garrett, nascido em 1799).

O que acontece nos textos escritos no Brasil nessa época? Para responder a essa pergunta, usaremos dois *Corpora*. O primeiro, elaborado por Emílio Pagotto na sua Dissertação de Mestrado,⁴¹ reúne textos escritos no Brasil do século 16 ao século 20. O segundo, reunido por Zenaide Carneiro na sua Tese de Doutorado,⁴² é composto de car-

tas escritas ao longo do século XIX por pessoas cultas e semi-cultas. Tais cartas são particularmente interessantes, pois elas evidenciam duas tendências opostas e contraditórias na língua escrita pelos brasileiros no século XIX no que diz respeito à colocação de clíticos. Por um lado, assistimos, ainda que timidamente, à emergência, sobretudo nos remetentes menos escolarizados, de inovações brasileiras, como o pronome clítico em primeira posição absoluta, colocação ausente do português europeu em toda a sua história. Por outro lado, observamos nos textos a influência da tendência portuguesa cada vez maior para a ênclise. Mais, constatamos um aumento gradativo da ênclise nos escritos brasileiros, que segue em paralelo a evolução constatada nos autores portugueses.

Esse paralelismo pode ser verificado no Gráfico 2, onde os dados portugueses do Gráfico 1 (triângulos) são contrapostos a dados de mesma natureza em textos brasileiros (quadrados para o Corpus de Pagotto e losangos para o Corpus de Carneiro).⁴³

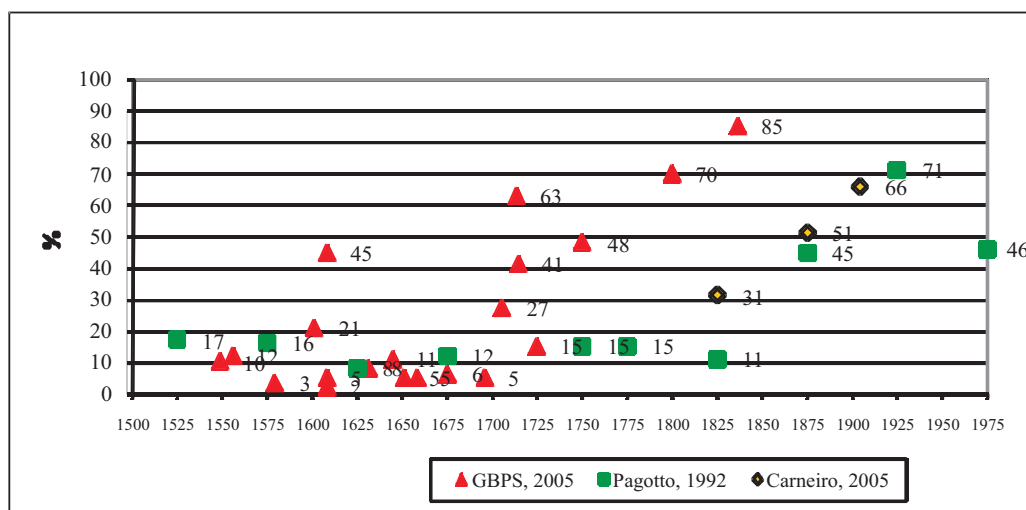


Gráfico 2: Dados portugueses contrapostos a brasileiros

O que chama particularmente a atenção nesta contraposição é a consistência dos resultados de Pagotto e Carneiro, em relação ao aumento do uso da ênclise em textos brasileiros, ao longo do século XIX, à exceção do ponto inicial em que a influência portuguesa parece se exercer mais fortemente nas cartas de Carneiro do que nos documentos de Pagotto.

Temos agora balizas para localizar geograficamente o autor da tradução do Saturnino para a língua portuguesa, datada de 1842. Apesar de não ter sido encontrado nenhum caso de clítico em primeira posição, típica do português brasileiro, não podemos descartar a possibilidade de o tradutor ser natural do Brasil. O gráfico 2 nos dá elementos quantitativos para desvendar sua procedência. Se for brasileiro, a frequência de ênclise no texto deverá ser inferior a 50%, uma vez que, nos dois corpora brasileiros, essa proporção só se alcança nos textos escritos em torno de 1875. Ao contrário, se for português, esperamos um valor muito mais alto, uma vez que a colocação enclítica já atinge 70% no

texto *Viagens na minha terra*, publicado em 1846, do dramaturgo Almeida Garrett, nascido em 1799.

Estudamos 35 páginas do romance, de 3 a 28 e de 100 a 110, levantando as orações finitas com clíticos em que o verbo vinha antecedido de algum elemento que não fosse um desencadeador de próclise (por exemplo, a negação), como em todos os casos apresentados e analisados acima, chegando a um total de 142 ocorrências. Encontramos variação ênclise/próclise nos seguintes contextos: ⁴⁴

Sujeito-verbo:

Este discurso **me** **aquietou** (p. 107)

meus olhos **descobrirão-lhe** novos encontros (p. 9)

Advérbio-verbo:

E depois **beijava-me** (p. 24)

Mas agora **o aborreço** (p. 25)

Sintagma preposicional-verbo:

Neste momento **examinei-a** atentamente (p. 17)

Porém a cada palavra **a interrompi** (p. 14)

Conjunção de coordenação-verbo:

E **puz-me** a espreitar (p. 6)

E **a cubro** de beijos (p. 12)

Oração dependente-verbo:

e como sua madrinha estava então em uma casa de campo próxima da nossa **tinha-lhe** dado licença para nos visitar, (p. 10)

e reparando mais atentamente em mim **se expressou** desta maneira (p. 14)

Os resultados foram os seguintes. No total desses 142 dados, achamos 96 clíticos em posição pré-verbal (67,6%) e 46 em posição pós-verbal (32,4%). Essa distribuição situa o texto claramente do lado brasileiro, como se pode ver no gráfico 3, onde Saturnino (círculo) se integra perfeitamente à curva ascendente que une os pontos correspondentes à proporção de ênclise nos textos produzidos no Brasil.

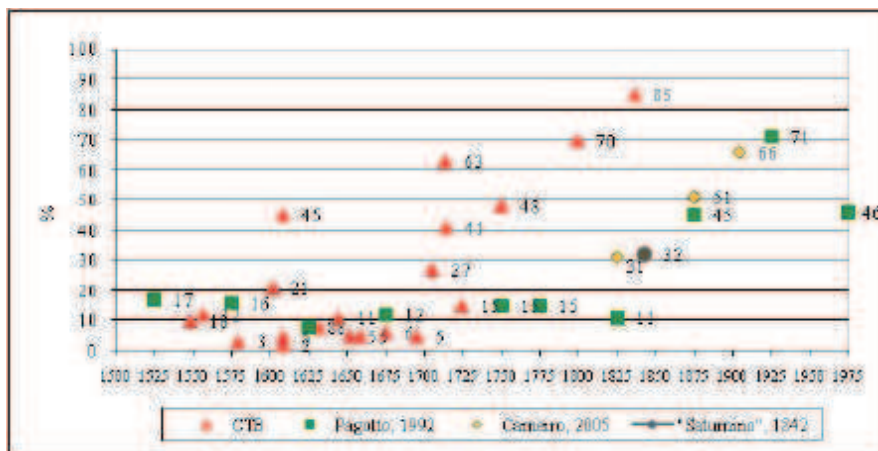


Gráfico 3: Dados brasileiros

Como ressaltamos acima, a situação do século XIX é mais complexa do que a do século XX, já que, nessa época, as sintaxes brasileira e portuguesa não se distinguiam de maneira tão evidente como hoje. Porém, a distribuição da ênclise e da próclise encontrada nessa época dos dois lados do oceano já é suficientemente diferente para que possamos distinguir claramente a procedência dos textos, ou seja, ainda encontrar uma ‘assinatura’ portuguesa ou brasileira baseada na colocação de clíticos. A sintaxe do Saturnino, bem mais próxima ainda dos padrões quinhentista e seiscentista, é muito distante do que observamos nos textos portugueses do mesmo período, onde o forte avanço da ênclise em contextos que eram no período clássico predominantemente proclíticos já prefigura o português europeu do século 20. Pela influência da norma moderna portuguesa, o avanço da ênclise acabará se dando nos textos escritos no Brasil também, mas só no final do século XIX chegará a valores acima de 50%, antes de perder terreno novamente no século XX.

Certamente, a conclusão de que o tradutor do Saturnino é brasileiro poderia ser corroborada por outros indicadores sintáticos, como o uso do artigo na frente do possessivo (a variação *meu/o meu*), ou ainda outros aspectos da sintaxe pronominal - como a colocação nas orações infinitivas. Porém, na falta de estudos comparativos sistemáticos entre o português europeu e o português brasileiro da época, idênticos aos que temos para a colocação de clíticos em orações finitas, não é possível chegar a uma conclusão segura com base nesses fenômenos. Outros aspectos do texto mereceriam um estudo aprofundado, como a ortografia bastante peculiar do Saturnino, ou ainda a pontuação, com a recorrência de vírgula depois do sujeito, uso bastante difundido nos textos brasileiros. De novo a ausência de estudos comparativos nos impede de tirar conclusões definitivas.

Mas há, sem dúvida, alguns fenômenos que reforçam a idéia de que o texto foi escrito e impresso no Brasil. O primeiro, que está de alguma maneira ligado à questão dos pronomes clíticos, se encontra em outros textos brasileiros da época. Trata-se da confusão entre a terminação do imperfeito do subjuntivo e o pronome *se* em ênclise ilustrada na frase “*por mais que busca-se saber o motivo deste acontecimento*” (p. 5), onde o imperfeito do subjuntivo é grafado com um hífen e um só [s], em lugar de dois [s]. Note-se também que essa confusão parece implicar que esse é um contexto de ênclise, o que não é o caso em português europeu, mas sim em português brasileiro, onde o espalhamento da ênclise atinge contextos de próclise obrigatória como esse (Carneiro, 2005). Outros exemplos poderiam ser citados, como no trecho “*Saturnino, tu **julgas-te** instruir-me*” (p. 20), em que encontramos, de novo, uma terminação verbal (de 2ª pessoa do singular do pretérito) confundida com um pronome clítico de 2ª pessoa.

Outro caso de segmentação inadequada típica de textos escritos por “mãos inábeis” – expressão cunhada por Rita Marquilhas⁴⁵ em seu estudo sobre escrita de pessoas pouco letradas – encontra-se em frases como “*tu também me ha des mostrar*” (p. 17). A presença da desinência de 2ª pessoa (s) na preposição (de) e não no verbo (haver), permite supor a percepção da locução verbal ‘haver de’ como uma unidade morfológica, que recebe a marca de concordância de pessoa no final. Desse ponto de vista, esse exemplo se aproxima dos anteriores, pois mostra a dificuldade em distinguir desinências e elemen-

tos clíticos, o que é recorrente em textos brasileiros escritos por pessoas pouco escolarizadas.⁴⁶

A extravagância dessa construção permite pensar em outra interpretação. Talvez as “mãos inábeis” fossem as dos tipógrafos encarregados da composição do texto. Trabalhando em condições pouco favoráveis, temendo serem flagrados produzindo um material desse tipo, tomaram decisões a respeito da grafia das palavras que podem funcionar como mais uma indicação do local de impressão da obra. Dificilmente, mesmo um português pouco culto interpretaria a construção *por mais que buscasse saber* como tendo um clítico pós-verbal, pois, para ele a única forma possível seria *por mais que se buscasse saber*.

Assim, mesmo tendo feito todo o esforço para manter-se oculto e não revelar sua identidade, o tradutor – ou, eventualmente, o tradutor e o tipógrafo – deixou marcas, onde menos esperava: na forma como empregava pronomes e interpretava desinências e terminações. A marca do Brasil não se restringe, como se vê, às referências geográficas precisas que, no final do texto, situam a trama no Rio de Janeiro. Vários elementos lingüísticos do texto concorrem a confirmar que a referência à cidade não é apenas uma maneira de ambientar as peripécias de Saturnino em um lugar exótico e longínquo, mas o cenário natural para a adaptação do texto francês ao português no e do Brasil.

Notas

¹ [Anônimo]. *Teresa Filósofa*, trad. de Carlota Gomes. Porto Alegre: LPM, 1999, p. 89.

² PIA, Pascal. “Histoire d’un livre traqué, Le Portier des chartreux, augmentée de nombreuses pièces inédites extraites des archives de la Bastille”. In: *Histoire de Dom B., portier des chartreux*, écrite par lui-même. Fac-símile da edição de Paris: La Bibliothèque privée, Le premier Janvier, 1771. Paris: l’Or du temps, 1969.

³ PIA, *op. cit.*, p. XVII.

⁴ Segundo Robert Darnton, *Histoire de Dom B..., portier des Chartreux* está entre as obras que “encabeçam as listas dos livros apreendidos com maior frequência por aduaneiros e policiais” [DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos na França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 78.]

⁵ Preso em 14 de março de 1749 permaneceu encarcerado até 1 de outubro de 1750. Cf. GOULEMOT, Jean-Marie. *Esses livros que se lêem com uma só mão: leitura e leitores de livros pornográficos no século XVIII*, São Paulo: Discurso Editorial, 2000, p. 40.

⁶ Hyppolyte Taine assegura que Mme d’Andlau, governanta dos filhos de Luis XV possuía o livro e que, por descuido, ele foi ter às mãos das filhas do rei. [TAINE, Hyppolyte. *Les origines de la France contemporaine*. L’ancien regime. Tomo I, Editions Robert Laffont, collection Bouquins, Paris, 1986, p. 389. Primeira edição: 1875.] Pascal Pia afirma que, em 1746, uma dama de companhia das filhas de Luis XV foi repreendida por não prestar suficiente atenção às meninas, quando Adélaïde, de 14 anos, foi pega com o livro *Portier des chartreux* nas mãos. [verbete: *Histoire de dom B*** portier des chartreux*”. In: *Dictionnaire des oeuvres érotiques. Domaine français* Paris: Éditions Robert Laffont, 2001, p. 212]

⁷ MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Tese de Doutorado em Literatura e Cultura Portuguesas – especialidade História do Livro – apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Depto. de Estudos Portugueses, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: 2001, p. 197.

⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Inquisição de Lisboa. Processo 14.102. A localização desse processo foi possível a partir da consulta à pesquisa de Maria Teresa Esteves Payan Martins (*op. cit.*). As transcrições mantiveram a ortografia, sintaxe e pontuação dos originais.

⁹ “ce que faisoient nos Premiers Parens quando Dieu leur eût ordonné de peupler la terre”. *Histoire de Dom B., portier des chartreux*, écrite par lui-même. Fac-símile da edição de Paris: La Bibliothèque privée, Le premier Janvier, 1771, p. 6. [Tradução nossa]

¹⁰ Idem, p. 42.

¹¹ Idem, p. 89.

¹² O nome Saturnin talvez tenha sido dado ao personagem em associação às saturnais, festas romanas em que se celebrava a sementeira. A posteridade associou essas festas a orgias, a celebrações em que se cometia todo tipo de excesso.

¹³ “Je vous laisse, cher Lecteur, le plaisir d’imaginer; mais c’est à vous que je m’adresse, vous qui avés [sic] éprouvés les traverses de l’amour, & qui, après un long-tems, avés vu vôtre passion couronnée par la jouissance de l’objet aimé: rapellés-vous vos plaisirs, poussés vôtre imagination encontre plus loin, s’il est possible, elle demeurera toujourns au-dessous de mes délices [...]”. [*Histoire de Dom B...*, p. 323.]

¹⁴ “dans la masse de la production imprimée, les oeuvres de Voltaire, si prolixes qu’il ait été, de Diderot ou de Rousseau, ne tiennent qu’une place très mince, et cette place reste encore minime dans la littérature interdite elle-même.” [SAUVY, Anne. “Livres contrefaits et livres interdits”. In: *Histoire de l’édition française*. Paris: Fayard / Promodis, 1990, p. 135.]

¹⁵ DARNTON, *op.cit.*, p. 37.

¹⁶ Patrick J. Kearney elaborou uma lista com a indicação bibliográfica completa das várias edições, sob os diferentes títulos. Ver “A Short-Title Handlist of *Histoire de Dom B***, Portier des Chartreux*”. In: http://www.sonic.net/~patk/Dom_Bougre.html. Consultado em 15 de agosto de 2007. A existência de diferentes títulos pode se dever, em alguns casos, à prática de fazer circular os livros clandestinos destinados à comercialização (de um país a outro ou entre diferentes cidades) sem a página de título, que seria impressa, posteriormente, no local onde os livros seriam vendidos. Isso dificultava a vigilância, pois ocultava a proveniência do impresso e tornava necessária a leitura de algumas páginas a fim de identificá-lo. Conforme explica Pascal Pia, “c’est ce qui explique qu’on rencontre fréquemment deux exemplaires d’un même ouvrage du XVIII e siècle, visiblement tirés sur les mêmes formes, offrant les mêmes particularités, les mêmes défauts d’encre ou les mêmes coquilles, et néanmoins dotes de pages de titre différentes.” [PIA. *op.cit.*, p. III].

¹⁷ A tiara papal é um ornamento para cabeça, formado por três coroas, rematada por um globo sobre o qual há uma cruz. Pálio é uma faixa adornada com cruces nas pontas, usada em cerimônias pontificiais. A capa pluvial é um manto preso com um broche na parte dianteira, utilizado em solenidades, sobretudo nas procissões, dentro ou fora da igreja em que há presença do santíssimo. A cruz papal é um cajado com três braços, formando uma tripla cruz.

¹⁸ As chaves teriam sido dadas a Pedro por Cristo: “tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e o poder da morte não poderá mais vencê-la. Dar-te-ei as chaves do Reino do Céu, e o que ligares na terra será ligado no céu, e o que desligares na terra será desligado no céu.” [Evangelho de São Mateus, 16:13-23]. O galo associase ao episódio no qual Pedro negou Cristo três vezes, antes que o galo cantasse, conforme Jesus havia previsto [Evangelho de São Mateus, 26:69-75].

¹⁹ As edições interagem de maneira ágil com os acontecimentos do tempo. Em 1790, foi publicada uma *Histoire de Gouberdom, portier des chartreux*, com um “épître dédicatoire à Marie Antoinette”, cujo local de edição era, supostamente, Versailles.

²⁰ Em Portugal, a censura aos impressos teve início no século XVI, em momento muito próximo ao da produção do primeiro livro, que parece ter sido publicado em Chaves, em 1489. A atividade censória repartia-se entre o Ordinário (juizes eclesiásticos ligados às dioceses, em atuação desde 1517), o Tribunal do Santo Ofício (organismo ligado à Igreja, em funcionamento desde 1536) e o Desembargo do Paço (órgão censor ligado ao poder régio, atuante a partir de 1576). Esse sistema triplice esteve em atuação até 1768, quando D. José I julgou ser necessário centralizar a censura em um só organismo, criando, assim, a Real Mesa Censória, composta por representantes da Igreja e por letrados, e subordinada ao poder régio. Em 1787, foi substituída pela Real Mesa da Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros, alterando a correlação de forças na composição da junta censória, que passou a ser necessariamente presidida por um eclesiástico e a ter, no mínimo, metade dos censores formados em teologia. Em 1794, ela foi extinta, restabelecendo-se o sistema triplice de censura, composto pelo Santo Ofício, Ordinário e Desembargo do Paço. A atuação do Ordinário e do Santo Ofício permaneceu até 01 de outubro 1820, quando foi suspensa. Por Portaria de 21 de Setembro de 1820, todas as atribuições que pertenciam ao Desembargo do Paço foram transferidas para a Comissão de Censura. Em 31 de março de 1821, as Cortes Gerais Extraordinárias da Nação decretaram a extinção do Santo Ofício. No mesmo ano, a Carta de Lei de

16 de julho aboliu a censura, que, entretanto, foi reinstituída em 1824, por Decreto de 6 de março, que restabeleceu a censura a cargo do Desembargo e do Ordinário, situação que perdurou até 1832, quando foi abolida a censura preventiva.

²¹ Cf. MARTINS. *op. cit.*, p. 21. O manuscrito localizado por Martins está conservado no ANTT, SP. 341811 C.F.

²² [Anônimo]. *Saturnino, porteiro dos frades bentos*. s/l: Na Impressão do Anônimo Brasileiro, 1842, p. 3.

²³ *Histoire de Dom B...*, p. 2

²⁴ Verland torna-se F... , a madrinha, Madame Dinville, passa a Hermogenia; a mãe, Toinette, a Catarina. Os demais são apenas aporuguesados: Saturnin para Saturnino, Suzon para Suzana, Ambroise para Ambrósio, Martin para Martinho.

²⁵ *Histoire de Dom B...*, p. 309.

²⁶ *Saturnino*, p. 165.

²⁷ *Saturnino*, p. 169 e *Histoire de Dom B...*, p. 315.

²⁸ *Saturnino*, p. 174 e *Histoire de Dom B...*, p. 325.

²⁹ *Saturnino*, p. 176 e *Histoire de Dom B...*, p. 328.

³⁰ *Saturnino*, p. 176 e *Histoire de Dom B...*, p. 328.

³¹ EL FAR, Alessandra. *Páginas de Sensação – literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004, p. 215.

³² Além das edições supostamente feitas na Bahia e no Rio de Janeiro, Daniel Pires localizou edições das *Poesias Eróticas*, burlescas e satíricas com local de impressão atribuído a Bruxelas (8 edições), Paris (5), Londres (2), Cochinchina (1), Amsterdam (1) e Leipzig (1). PIRES, Daniel (ed.) *Obra completa*, Porto: Edições Caixotim, 2004, vol. VII – Poesias Eróticas, Burlescas e Satíricas. p. LII

³³ EL FAR. *op. cit.*, p. 192.

³⁴ Idem, p. 209.

³⁵ Respectivamente COELHO, Paulo. *O Alquimista*. 56ª edição. Rocco, Rio de Janeiro, 1990, 248 pp., e COELHO, Paulo. *O Alquimista*. 11ª reimpressão, Pergaminho, Lisboa, 1999, 224 pp.

³⁶ Para uma apresentação detalhada dessa comparação, cf. TORRES MORAES, M.A & RIBEIRO, I. “Contraste da Sintaxe dos Clíticos no Português Europeu e Português Brasileiro”. In: *Linha D’Água*, 17, pp. 21-48. Humanitas FFLCH-USP, São Paulo, 2005.

³⁷ Teyssier, P. *Histoire de la langue portugaise*, Paris, PUF, Collection Que Sais-je. 1981.

³⁸ O Corpus Tycho Brahe, construído no âmbito do projeto “Padrões rítmicos, fixação de parâmetros e mudança lingüística” sob a coordenação de Charlotte Galves, é livremente acessível na rede no endereço <http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus>. A análise que segue é baseada nos seguintes textos: Diogo do Couto (1542-1606), *Décadas*; Luis de Sousa (1556-1632), *A vida de Frei Bertolameu dos Mártires*; Francisco Rodrigues Lobo (1579-1621) *Corte na aldeia e noites de inverno*; Padre Manuel da Costa (1601-1667), *A arte de furtar*; Antonio Vieira (1608-1697), *Cartas e Sermões*; Francisco Manuel de Mello (1608-1666) *Cartas Familiares*; Frei Francisco das Chagas (1631-1682), *Cartas Espirituais*; Manuel Bernardes (1644-1710), *Nova Floresta*; José Cunha Brochado (1651-1735), *Cartas*; Maria do Céu (1658-1753), *Relação da Vida e Morte da Serva de Deus a Venerável Madre Elenna da Cruz*; André de Barros (1675-1754), *A vida do Padre Antonio Vieira*; Alexandre Gusmão (1695-1753), *Cartas*; Matias Aires (1705-1763), *Reflexões sobre a vaidade dos homens*; Luis Antonio Verney (1713-1792), *Verdadeiro método de estudar*; Antonio da Costa (1714-?), *Cartas do Abade Antonio da Costa*; Correia Garção (1724-1772), *Dissertações*; Marquesa de Alorna (1750-1839), *Cartas*; Almeida Garrett (1799-1854), *Viagens na minha terra*; Ramalho Ortigão (1836-1915), *Cartas a Emília*.

³⁹ A descrição que segue é baseada no estudo de Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005) [Galves, C., H. Britto & M.C. Paixão de Sousa 2005. “The Change in Clitic Placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus”, *Journal of Portuguese Linguistics*, vol. 4.1, Special Issue on Variation and Change in the Iberian Languages: the Peninsula and beyond, José Ignacio Hualde (ed.), pp.39-67]. Não entraremos aqui nos meandros da complexidade da colocação de clíticos no português europeu ao longo da sua história. É preciso, contudo, lembrar que as orações nas quais se baseia o gráfico são aquelas em que o verbo não é precedido por um desencadeador de próclise como a negação, a interrogação e certos tipos de advérbios. Remetemos o leitor interessado em mais detalhes ao dito artigo.

⁴⁰ Trata-se dos sermões de Antonio Vieira, com 45% de ênclise, o que distingue fortemente a sintaxe desse texto não só dos textos dos contemporâneos de Vieira, mas também de outros textos do próprio Vieira, como sua correspondência, onde a ênclise nos contextos considerados não passa de 2%. Remetemos o leitor interessado ao estudo de Galves (2002).

⁴¹ Pagotto, E. A. *Posição dos Clíticos em Português: Um Estudo Diacrônico*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 1992.

⁴² Carneiro, Z. *Cartas Brasileiras: um estudo linguístico-filológico*, Tese de Doutorado Programa de Pós-graduação em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2005.

⁴³ É preciso ressaltar que, nesse gráfico, os autores portugueses aparecem por data de nascimento e os brasileiros por data de produção dos textos. Essa discrepância é devida às particularidades de cada Corpus, mas não invalida a comparação, uma vez que podemos pensar que os brasileiros são influenciados nos seus escritos por uma determinada geração portuguesa.

⁴⁴ Os dois últimos contextos apresentam, desde o século XVI, uma variação muito mais ampla, com muito mais ênclise desde o início, e diferenças importantes de autor a autor. Cf. Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005). Mas, para os propósitos deste trabalho, não levaremos em conta essa diferença.

⁴⁵ MARQUILHAS, Rita. *A Faculdade das letras*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001.

⁴⁶ Encontra-se na correspondência editada por Zenaide Carneiro bem como nas Atas da Irmandade dos Desvalidos editadas por Klebson Oliveira na sua Dissertação de Mestrado [Oliveira, K. *Textos escritos por africanos e afro-descendentes na Bahia do século XIX: fontes do nosso latim vulgar?* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2003, 3 v].